



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0016423-64.2014.815.2002 – Vara de Entorpecentes da Capital/PB

RELATOR: Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho

APELANTE: Wanderley Diniz da Silva Júnior

DEFENSOR PÚBLICO: Bel. André Luiz Pessoa de carvalho

APELADO: Justiça Pública

APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONDENAÇÃO. INCONFORMISMO. PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. PEDIDO ALTERNATIVO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA USUÁRIO. ART. 28 DA LEI ANTIDROGAS. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA INCONTESTES. ACERVO PROBATÓRIO ROBUSTO. PRISÃO EM FLAGRANTE. TESTEMUNHA VISUAL. DESPROVIMENTO.

1. Tendo o magistrado interpretado os meios probantes de acordo com suas convicções, em que apontou os motivos do desenvolvimento fático e jurídico necessários ao fim condenatório, mormente por ter o réu sido preso em flagrante, trazendo consigo drogas consideradas ilícitas, correta e legítima a condenação nos termos do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, não havendo que se falar de absolvição pela ausência de provas, tampouco de desclassificação daquele crime para o de usuário.

2. Atualmente, não há mais dúvidas de que pode o magistrado, considerando o princípio do livre convencimento motivado, fundamentar sua decisão com base nas provas que lhe convierem à formação de sua convicção, o que faz incidir também ao caso até mesmo as meramente indiciárias.

3. Devem ser prestigiados os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante do réu, pois são indivíduos credenciados a prevenir e reprimir a



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

criminalidade, não tendo interesse em acusar e incriminar inocentes, merecendo, portanto, o crédito devido até prova robusta em contrário.

4. Para a caracterização do crime de tráfico de drogas, não é necessário que o agente seja preso no momento exato da venda, bastando que, pelas circunstâncias e condições em que ele se encontrava nesse submundo delituoso, se chegue à configuração do ilícito pela sua simples destinação, haja vista que o tipo penal prevê 18 (dezoito) núcleos que assinalam a prática da traficância. Então, a adequação da conduta a uma ou várias delas toma irrefutável a condenação, mormente por se tratar de crime contra a saúde pública, envolvendo perigo abstrato, em que a intenção do legislador é conferir a mais ampla proteção social possível.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito, acima identificados:

ACORDA a Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator. Expeça-se Mandado de Prisão, após o decurso do prazo de Embargos de Declaração, sem manifestação.

RELATÓRIO

Perante a Vara de Entorpecentes da Capital/PB, Wanderley Diniz da Silva Júnior foi denunciado nas sanções do art. 33 da Lei nº 11. 343/2006, porque, no dia 17.04.2014, por volta das 19:20 horas, nas imediações do Bairro Valentina de Figueiredo, o apelante foi preso em flagrante, por levar consigo substâncias entorpecentes, supostamente, destinadas à venda, ocasião na qual foram apreendidos: 06 (seis) porções de cocaína e 08 (oito) frações de maconha.

Consta da inicial acusatória que os policiais estavam em rondas no Bairro Valentina, especificamente nas proximidades da Comunidade Frei Damião, quando observaram um grupo de jovens e resolveram realizar a abordagem. Na ocasião, efetivaram uma revista e encontraram em poder do denunciado as diversas porções de substâncias análogas à maconha e cocaína. (fls. 2-3).

Auto de Apreensão às fls. 12 e 48. Laudo de Constatação Preliminar às fls. 20/21. Laudo Definitivo às fls. 69/74, no qual resta demonstrado



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

positivo para a THC (Tetraidrocanabiol) substância conhecida como "Maconha" e negativo para substância "cocaína" (fl.71).

Recebimento da denúncia no dia 31.07/2014. (fl. 79).

Concluída, regularmente, a instrução e oferecidas as alegações finais pelo Ministério Público (fls. 98-99) e pela Defesa (fls. 100-101), a MM. Juíza julgou procedente a denúncia, condenando Wanderley Diniz da Silva Júnior nas sanções do art. 33 da Lei nº 11.434/2006, aplicando a reprimenda da seguinte forma (fls. 109/116):

Após análise das circunstâncias judiciais, fixou a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, à razão de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato.

Considerando ser o réu tecnicamente primário, aplicou a magistrada a causa de diminuição prevista no § 40 do art. 33, razão pela qual diminuiu a reprimenda imposta em 1/6 (um sexto), tornando-a definitiva em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão e 420 (quatrocentos e vinte) dias-multa, à razão de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ao final, tendo em vista os 08 (oito) meses e 23 (vinte e três) dias em que o réu permaneceu cautelarmente segregado, aplicou a magistrada a detração penal, restando a condenação em 03 (três) anos 05 (cinco) meses e 07 (sete) dias de reclusão, a ser cumprido em regime, inicialmente, semiaberto.

Inconformado, apelou a Defesa (fl. 117), em suas razões recursais (fls. 129-134), pugnou para que a sentença fosse reformada, e que o réu absolvido por entender não haver provas suficientes da autoria e da materialidade do crime de tráfico de drogas. Subsidiariedade, pugna pela desclassificação do crime de tráfico ilícito de drogas previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2003 para o de usuário, disposto no art. 28 da mesma Lei, na modalidade "trazer consigo".

Contrarrazões do Ministério Público às fls. 138-140, pelo não provimento do recurso, para serem mantidos os termos da sentença.

Instada a se manifestar, a douta Procuradora de Justiça, Dra. Mari Lurdélia Diniz de Albuquerque, em Parecer de fls. 143-148, opinou pelo desprovimento do apelo, mantendo-se a sentença prolatada em primeira instância.

Lançado o relatório (fls. 151-151/v), foram os autos ao douto Revisor, que, com ele concordando, pediu dia para julgamento (fl. 152).



É o relatório.

VOTO

1. Do juízo de admissibilidade recursal:

O recurso é tempestivo e adequado, eis que se trata de apelação criminal interposta dentro do prazo legal, além de não depender de preparo, por envolver o caso ação penal pública, a teor da Súmula nº 24 do TJPB. Portanto, conheço do apelo.

Portanto, **conheço** do recurso.

2. Das insurgências recursais:

2.1. Do pedido absolutório e/ou desclassificatório para o disposto no art. 28 da Lei nº 11.434/2006:

Conforme relatado, a i. Defesa se insurge em face da sentença de fls. 121-126, sob o argumento de que não há provas, nos autos, de que o apelante tinha a intenção de traficar drogas, pois meros indícios ou presunções não são suficientes para ensejar uma condenação, requerendo, assim, a absolvição dele com base no princípio do in dubio pro reo. De forma alternativa, suplica pela desclassificação para o crime do art. 28 da Lei nº 11.343/06, por entender que a simples posse para uso próprio descaracteriza o crime de tráfico e faz reconhecer a condição de mero usuário de drogas.

As aludidas irresignações recursais não merecem prosperar, consoante os fundamentos adiante delineados.

Inicialmente, insta dizer que a sentença de fls. 86-88/v, atendeu ao teor do art. 381, III, do CPP I no tocante a dilucidação dos fatos, por conter as indicações dos motivos fáticos e jurídicos que ocasionaram a condenação do apelante pelo crime de tráfico de drogas, perfazendo, assim, o esperado e justo silogismo (subsunção), de forma que tal decisão não foi prolatada ao vazio do acaso.

Eis o teor do tipo penal em estudo (art. 33 da Lei nº 11.343/06):

"Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa."

Ora, o caso em comento é de fácil deslinde, não comportando maiores delongas quanto à elucidação da autoria e da materialidade do crime de tráfico de drogas em face do réu Wanderley Diniz da Silva Júnior, visto que a MM Juíza a quo se debruçou em todo o percurso processual, prolatando a sentença de acordo com os aspectos fáticos e probatórios discurridos nos autos, de maneira convincente à luz da legislação e da jurisprudência vigente, valendo-se, primordialmente, para o fim condenatório, de várias fontes probantes, dentre elas, a palavra das testemunhas presenciais: Inácio de Souza Júnior (fl. 07 e DVD de fl. 96) e Renan Tadeu Inácio da Silva (fl. 08 e DVD de fl. 96), deixando claro, então, que o apelante cometeu o aludido delito, da forma como lhe foi irrogado na denúncia (fls. 2-5) e no decreto punitivo (fls. 109-116).

Além do mais, a emérita magistrada seguiu à risca a linha garantista e fez uso do livre convencimento motivado disposto no art. 155 do CPP (princípio da persuasão racional do juiz), talhando sua sentença com critérios objetivos e dentro do ideal de justiça, pois bem sopesou os elementos do processo, consoante o quadro fático que lhe foi apresentado, formando, assim, o seu juízo de valor, motivo pelo qual não há que se falar de absolvição ou desclassificação, como pretendido pela Defesa.

Como é sabido, a interpretação do arcabouço probatório, para fins de condenação ou de absolvição, parte do somatório sistematizado dos elementos angariados ao longo dos autos, podendo, assim, o magistrado (juiz, desembargador ou ministro) se valer, para formar seu convencimento, dos que foram colhidos tanto no inquérito como na instrução, desde que todas as provas utilizadas, na sentença, tenham sido submetidas ao crivo do contraditório, que ocorre em Juízo.

Isto é possível porque o nosso sistema de avaliação de provas é orientado pelo citado princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado) previsto no aludido art. 155 do CPP, em que o magistrado da causa pode fundamentar sua decisão conforme a convicção extraída do acervo probatório. *In verbis*:

CPP — "Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas."

Na hipótese, as provas estão entrelaçadas e convergem em apontar, retilmente, para o apelante como autor do delito em estudo, pois os elementos colhidos no inquérito foram confirmados em Juízo, mediante o crivo do contraditório, de modo que as provas da esfera policial foram, devidamente, judicializadas.

Ao caso, eis a jurisprudência pátria:

"Na hipótese, ao contrário do que fora alegado na impetração, a condenação encontra-se embasada não somente em elementos colhidos na fase pré-processual. Percebe-se referência a provas produzidas no inquérito, devidamente confirmadas sob o crivo do contraditório pela prova oral produzida em juízo." (STJ — HC 161.145 — Rel. Min. Og Fernandes — DJE 31/05/2013, pág. 963)".

"Este tribunal sufragou o entendimento no sentido de que "não há ilegalidade na utilização de provas realizadas na fase de inquérito, desde que confirmadas pelas produzidas em juízo, sob o crivo do contraditório." (HC 160.222/MG, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS) incidência do enunciado nº 83 da Súmula desta corte. [...]" (STJ — AgRg-AREsp 399.892/MG — Rel. Min' Maria Thereza Assis Moura — DJE 11/04/2014)".

"[...] é sabido que as provas produzidas durante o inquérito policial devem ser discutidas e avaliadas sob crivo do contraditório, nos termos do art. 155 do CPP. 2 - Inexiste nulidade da decisão por basear-se em provas inquisitoriais quando o Magistrado Singular fundamenta decisorio, indicando os elementos probatórios recolhidos em juízo que formaram o seu livre convencimento, rejeitando, as teses defensivas." (TJMG — APCR 1.0431.09.049451-6/001 — Rel. Des. Octávio Augusto de Nigris Bocalini — DJEMG 24/01/2017)".



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Para tanto, vê-se que a materialidade delitiva encontra-se, devidamente, comprovada pelo Auto de Apreensão às fls. 12 e 48; Laudo de Constatação Preliminar às fls. 20/21 e Laudo Definitivo às Es. 69/74, sendo um com resultado negativo para a presença de "cocaína" e o outro positivo para a presença da droga "maconha".

Com relação à autoria, esta desponta, cristalina e retilineamente, em face do apelante, pois ele foi preso em flagrante delito, no dia 17.04.2014, por volta das 19:20 horas, nas imediações do Bairro Valentina de Figueiredo, ao levar consigo substâncias destinadas à venda, ocasião na qual foram apreendidos: 06 (seis) porções de cocaína e 08 (oito) frações de maconha.

Consta da inicial acusatória que os policiais estavam em rondas no Bairro Valentina, especificamente nas proximidades da Comunidade Frei Damião, quando observaram um grupo de jovens e resolveram realizar a abordagem. Na ocasião, efetivaram uma revista e encontraram em poder do denunciado as diversas porções de substâncias análogas à maconha e cocaína.

Para bem firmar as assertivas acima discorridas, mister se deter nas palavras esclarecedoras das testemunhas presenciais dos policiais civil: Inácio de Souza Júnior e Renan Tadeu Inácio da Silva, colhidas perante a autoridade policial e judicial, visto que participaram da prisão em flagrante do apelante (fls. 07-08 e mídia em DVD de II. 96):

Inácio de Souza Júnior, testemunha, 3º Sargento da PM/PB — esfera policial — fl. 07:

"(...) QUE no dia de hoje, por volta das 19:20 horas, fazia rondas pelo bairro do Valentina, pela Comunidade frei Damião, quando decidiu abordar um grupo de jovens, onde se encontrava o autuado e para sua surpresa, foi encontrado em poder do mesmo os seguintes objetos: 06 (seis) trouxinhas de saco branco, contendo um pó semelhante ao entorpecente conhecido por COCAÍNA E 08 (OITO) TROUXINHAS DE SACO BRANCO CONTENDO SUBSTÂNCIA VEGETAL SEMELHANTE A maconha. (...)".

Inácio de Souza Júnior, testemunha, 3º Sargento da PM/PB — em juízo — mídia em DVD de fl. 96:



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

"(...) Que ele já é conhecido da guarnição; Que já tinha informes; Que foi uma abordagem de rotina, que não foi nada elaborado; Que ele estava em redor de outros colegas; Que de não esboçou nenhuma reação; Que foi encontrado com ele esse material; Que ele respondeu, confessou que era para vender, não era para usar; Que ele disse que era para vender, provavelmente ele deve ter declarado isso perante a autoridade policial; Que não recorda de ele ter dito nada relativo a trabalho, até por que pelo horário, entre 19:30; Que o acusado não era conhecido pelo tráfico, não existia nenhum relato de que ele traficasse no local; Que o relato que existia era de que o acusado andava pela Comunidade portando armas; Que na abordagem o acusado não estava com nenhuma arma de fogo; Que o acusado não esboçou nenhuma reação, que admitiu que o material era para vender; Que conduziram o acusado para a delegacia; Que as informações as pessoas não repassam, com medo de retaliação; (...)."

Renan Tadeu Inácio da Silva, testemunha, Soldado da PM/PB — esfera policial — fl. 08:

"(...) QUE no dia de hoje, por volta das 19:20 horas, fazia rondas pelo bairro do Valentina, pela Comunidade frei Damião, quando decidiu abordar um grupo de jovens, onde se encontrava o autuado e para sua surpresa, foi encontrado em poder do mesmo os seguintes objetos: 06 (seis) trouxinhas de saco branco, contendo um pó semelhante ao entorpecente conhecido por COCAÍNA E 08 (OITO) TROUXINHAS DE SACO BRANCO CONTENDO SUBSTÂNCIA VEGETAL SEMELHANTE A maconha. (...)."

Renan Tadeu Inácio da Silva, testemunha, Soldado da PM/PB — em juízo — mídia em DVD de fl. 96:

"(...) "Que foi uma abordagem de rotina; que foi uma surpresa para eles, pois não viram na hora que a polícia adentrou na rua; Que desceram na Comunidade, que estava meio escuro; Que quando



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

adentraram na rua estava um grupinho lá; Que estava conversando e tiveram uma surpresa e abordaram todos e o acusado; Que abordaram o acusado encontraram com ele essa substância que foi relatada; Que já tinham informes de outra vez que o acusado foi preso; Que já conhecia o acusado; Que o acusado relatou para a guarnição que o material era para vender; Que já tinha informes sobre o acusado e que o mesmo faltou com a verdade sobre o endereço; Que ele falou que morava no Valentina, depois falou que morava no Vale das Palmeiras, com a mãe, com a tia...; Que o acusado não falou que trabalhava em uma padaria; que isto se deu pelas 19:30 h; (...)."

Outrossim, apesar de negar a prática de tráfico de drogas, o apelante, quando ouvido na esfera policial e em Juízo (fl. 09 e DVD de fl. 96), ainda assim, afirmou ser o proprietário dos alucinógenos, mas na condição de usuário:

"(..) reconhece que a droga apreendida estava em seu poder, mas é para o seu consumo próprio".

"(...) Que, não é verdadeira a acusação; Que a droga apreendida era pra seu consumo; Que o interrogando é viciado em drogas; que, trabalha numa padaria; Que, não é traficante, é sim, usuário".

Todavia, compulsando os autos e diante das provas colacionadas e por demais esclarecedoras, desconstituem a tese defensiva de inexistência de provas a ensejar a condenação, bem como a pretensão pela desclassificação para o delito do art. 28 da Lei Antidrogas.

Por outro lado, ressalta-se que a Defesa não apresentou nenhuma testemunha para tentar amparar suas teses absolutória e desclassificatória, o que valida, mais e mais, a proposição acusatória.

Depreende-se, então, que o ato criminoso do apelante foi desmontado pela Polícia Militar, que, durante suas rondas de rotina, percebeu uma atitude suspeita por parte do recorrente, em local conhecido como forte ponto de compra e venda de drogas, e, ao abordá-lo, apreendeu com ele as drogas acima descritas, o que foi confirmado com a sua prisão em flagrante, não havendo como extrair convencimento diverso em razão de todas as circunstâncias analisadas, não se podendo cogitar uma absolvição ou desclassificação.

Assim, nessas situações, deve-se prestigiar as declarações dos



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

policiais que efetuaram a prisão em flagrante e que, por isso, se tornaram testemunhas, pois são indivíduos credenciados a prevenir e reprimir a criminalidade, não tendo interesse em acusar e incriminar: inocentes, merecendo crédito até prova robusta em contrário. E outro não é o entendimento dos nossos tribunais, inclusive, do E. STF:

"O valor do depoimento testemunhal de servidores policiais - especialmente quando prestado em juízo, sob a garantia do contraditório - reveste-se de inquestionável eficácia probatória, não se podendo desqualificá-lo pelo só fato de emanar de agentes estatais incumbidos, por dever de ofício, da repressão penal." (STF, HC 73.518/SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 18.10.96)".

"Prova — Testemunha — Depoimentos de policiais que realizaram o flagrante, colhidos no auto de prisão e reafirmados em juízo com plena observância do contraditório — Idoneidade. [...]. É idônea a prova testemunhal colhida no auto de prisão em flagrante e reafirmada em juízo, com plena observância do contraditório, mesmo constituída apenas por depoimentos de policiais que realizaram o flagrante" (STJ - RT 771/566)".

Tais circunstâncias convergem no sentido de remontar o nexo de causalidade incriminador, interligando as condutas praticadas pelo apelante com os resultados, ficando fácil perceber a coexistência de meios suficientes ao fim condenatório, até porque, in casu, houve o flagrante delito, com a apreensão de drogas tanto em poder do réu como na sua casa, além de haver testemunhas presenciais.

Por oportuno, não se pode olvidar que o ônus da prova, no sentido de que o acusado não traficava drogas, cumpria a Defesa.

A combativa Defesa tenta, a todo custo, mas em vão, descredenciar os termos da denúncia, sustentando, data venha, uma tese de inocência sem nenhuma sustância e que vai de encontro a todo o arcabouço probante dos autos.

Ora, para a caracterização do crime de tráfico de drogas, não é necessário que o agente seja preso no momento exato da venda, bastando que, pelas circunstâncias e condições da apreensão dos entorpecentes, se chegue à configuração do ilícito pela sua destinação, tendo em vista que o tipo penal prevê várias condutas que assinalam a traficância.

Isto porque o delito previsto no art. 33 da Lei de Antidrogas



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

encerra um vasto rol de figuras típicas. A simples adequação da conduta do acusado a uma delas, in casu, "oferecer", "trazer consigo" e "guardar", torna irrefutável a condenação nas sanções impostas, notadamente, pela razão de que se trata de crime contra a saúde pública, envolvendo perigo abstrato, em que a intenção do legislador é conferir a mais ampla proteção social possível.

Diante disso, vale repetir o teor do art. 33 da Lei nº 11.343/2006:

"Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, **trazer consigo, guardar**, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa." (negritei)."

Observem-se as seguintes decisões:

"APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALTERNATIVAMENTE, DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE PARA USO PRÓPRIO. Materialidade e autoria comprovadas, à saciedade, nos autos. Apreensão de 77 pedras de crack. Inviabilidade do pleito de desclassificação para posse para uso próprio, até porque os autos não noticiam que a acusada fosse usuária. Validade dos depoimentos dos policiais. PENA. PEDIDO DE REDUÇÃO. Em relação à aferição com carga negativa de antecedentes há que ser alterada, visto que a certidão constante dos autos registra apenas dois processos contra a ora recorrente: um com condenação por tráfico transitada em julgado e outro que é o presente feito; logo, incabível a valoração negativa de antecedentes se também foi considerada a agravante de reincidência na segunda fase do cálculo da pena, sob pena de bis in idem. Em consequente, diante da má aferição dos antecedentes, também não



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

merece valoração negativa as elementares de personalidade e conduta social, já que o exame efetivado pela togada de origem fez referência exatamente aos antecedentes. Pena redimensionada, afastada do mínimo legal, visto que persistem outras três vetoriais com carga negativa." (TJRS — AP 70032060451 — Rel. Desa. Laís Rogéria A. Barbosa — J. 28.07.2011).

"TRÁFICO — ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO - DISPENSABILIDADE DE PROVA DE ATOS DE COMÉRCIO PARA A CARACTERIZAÇÃO DO DELITO - CONJUNTO PROBATÓRIO QUE AUTORIZA A CONDENAÇÃO. É inquestionável a existência do tráfico, se o réu é preso em flagrante, trazendo consigo dezenove pedras de crack, mormente porque a prova da mercancia não se faz apenas de maneira direta, mas, também, por indícios e presunções que devem ser analisados sem nenhum preconceito, como todo e qualquer elemento de convicção. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, §4, DA LEI 11.343/06 - REDUÇÃO ABAIXO DO MÍNIMO LEGALMENTE ADMITIDO - ADMISSIBILIDADE NA TERCEIRA FASE - CONDIÇÕES DO ART. 42 DA LEI 11.343/06- APLICAÇÃO NESTA INSTÂNCIA. Presentes que estejam as condições para a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 40, da Lei Federal 11.343/06, impossível afastá-la ao argumento de que a pena foi aplicada no mínimo legal, porque as causas de diminuição podem recrudescer a pena abaixo do mínimo legalmente admitido, aplicando-se as condições preponderantes do art. 42 da mesma legislação antidroga, inexistindo qualquer condição facultativa para a sua aplicação, se não imposição plenamente vinculada que suscita um direito subjetivo do réu, em função do princípio da isonomia e da legalidade. Recurso provido em parte." (TJMG —AP 1.0598.09.018771-0/001 — Rel. Des. Judimar Biber — J. 27.07.2010)".



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Dessa forma, se o álbum processual revela, incontestavelmente, a materialidade e a autoria, em adição ao conjunto de circunstâncias que permearam o acusado no momento da apreensão efetuada, há que se considerar correta e legítima a conclusão de que a conduta em exame contempla o fato típico de tráfico ilícito de entorpecente reprovado pelo art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, não havendo que se falar de absolvição.

Tampouco, não se deve se cogitar de desclassificação do tipo de tráfico para o de usuário, pois os elementos acima analisados dão conta de que a conduta do réu se amolda, perfeitamente, ao crime do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006.

Por todo o exposto, em harmonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao apelo, para manter a sentença tal como lançada.

É o meu voto.

A cópia deste acórdão serve de ofício para as comunicações judiciais que se fizerem necessárias.

Presidiu ao julgamento, com voto, o Desembargador Carlos Martins Beltrão Filho, Presidente da Câmara Criminal e Relator, dele participando os Desembargadores Márcio Murilo da Cunha Ramos, Revisor, e Arnóbio Alves Teodósio.

Presente à. Sessão o Excelentíssimo Senhor Doutor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de Sessões "Des. Manoel Taigy de Queiroz Melo Filho" da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de 2018.

João Pessoa, 25 de junho de 2018.

Des. Carlos Martins Beltrão Filho
- Relator -

